



BAESA - Energética Barra Grande S.A.
CNPJ: 04.781.143/0001-39 NIRE: 43300041468
Companhia fechada

BAESA - Energética Barra Grande S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	7
NOTAS EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
1 CONTEXTO OPERACIONAL	8
2 BASE DE PREPARAÇÃO	10
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	11
4 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	20
5 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	20
6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	23
7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	24
8 CONTAS A RECEBER	24
9 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	24
10 IMOBILIZADO	26
11 INTANGÍVEL	27
12 FORNECEDORES	28
13 USO DO BEM PÚBLICO – UBP	28
14 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER E IMPOSTOS DIFERIDOS	29
15 PROVISÃO PARA LITÍGIOS	30
16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31
17 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	33
18 CUSTO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	34
19 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	34
20 OUTRAS RECEITAS	35
21 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	35
22 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	36
23 COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO	36
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	37

Balanços patrimoniais
Balanços patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	7	52.595	15.338	Fornecedores	12	30.186	13.768
Contas a receber	8	72.464	69.650	Salários, provisões e contribuições sociais		694	618
Impostos e contribuições a recuperar		3.292	3.490	Imposto de renda e contribuição social a recolher	14.1	657	675
Outros créditos		<u>326</u>	<u>302</u>	Impostos a recolher	14.2	6.103	6.527
Total do ativo circulante		<u>128.677</u>	<u>88.780</u>	Dividendos a pagar	16.3	9.893	14.175
Outros créditos		11.316	10.247	Uso do bem público (UBP)	13	45.249	34.275
Investimentos		908	85	Encargos setoriais		5.501	4.232
Imobilizado	10	748.736	798.694	Outras obrigações		<u>5.826</u>	<u>275</u>
Intangível	11	<u>404.240</u>	<u>75.861</u>	Total do passivo circulante		<u>104.109</u>	<u>74.545</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.165.200</u>	<u>884.887</u>	Uso do bem público (UBP)	13	435.846	321.057
				Encargos setoriais		7.039	8.956
				Provisões para litígios	15	9.415	5.335
				Impostos diferidos	14.3	89.150	-
				Outras obrigações		<u>540</u>	<u>407</u>
				Total do passivo não circulante		<u>541.990</u>	<u>335.755</u>
				Patrimônio Líquido	16		
				Capital social		398.381	398.381
				Reservas de lucros		141.290	164.674
				Dividendos adicionais propostos		<u>108.107</u>	<u>312</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>647.778</u>	<u>563.367</u>
Total do ativo		<u>1.293.877</u>	<u>973.667</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.293.877</u>	<u>973.667</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	17	443.725	295.562
Custos dos serviços de energia elétrica	18	<u>(63.803)</u>	<u>(194.015)</u>
Resultado bruto		<u>379.922</u>	<u>101.547</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(22.907)	(16.913)
Equivalência patrimonial		823	-
Outras Receitas	20	<u>14.404</u>	<u>519</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>372.242</u>	<u>85.153</u>
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras		2.711	1.211
Despesas financeiras		<u>(104.017)</u>	<u>(85.357)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(101.306)</u>	<u>(84.146)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>270.936</u>	<u>1.007</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	21	(657)	(675)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	21	<u>(89.150)</u>	<u>-</u>
Resultado do exercício		<u>181.129</u>	<u>332</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício	181.129	332
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>181.129</u></u>	<u><u>332</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Dividendos Adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Retenção			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>398.381</u>	<u>26.733</u>	<u>226.924</u>	<u>1.172</u>	<u>-</u>	<u>653.210</u>
Dividendos adicionais exercício 2019 aprovado (AGO 23/03/2020)	-	-	-	(1.172)	-	(1.172)
Distribuição reservas de lucros (AGO 23/03/2020)	-	-	(89.000)	-	-	(89.000)
Resultado do exercício	-	-	-	-	332	332
Destinações:						
Reserva legal	-	17	-	-	(17)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(3)	(3)
Dividendos adicionais propostos - Lucros a disposição da assembleia	-	-	-	312	(312)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>398.381</u>	<u>26.750</u>	<u>137.924</u>	<u>312</u>	<u>-</u>	<u>563.367</u>
Dividendos adicionais exercício 2020 aprovado (AGO 22/04/2021)	-	-	-	(312)	-	(312)
Distribuição reservas de lucros (AGO 22/04/2021)	-	-	(94.685)	-	-	(94.685)
Resultado do exercício	-	-	-	-	181.129	181.129
Destinações:						
Reserva legal	-	9.056	-	-	(9.056)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.721)	(1.721)
Reserva de retenção de lucros	-	-	62.245	-	(62.245)	-
Dividendos adicionais propostos - Lucros a disposição da assembleia	-	-	-	108.107	(108.107)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>398.381</u>	<u>35.806</u>	<u>105.484</u>	<u>108.107</u>	<u>-</u>	<u>647.778</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	270.936	1.007
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	58.297	59.325
Juros e variação monetária com UBP	102.569	85.139
Apropriação de despesas antecipadas	-	3.434
Provisão para contingências	4.080	1.252
Equivalência patrimonial	(823)	-
Repactuação do risco hidrológico	(271.621)	-
Baixas ativo imobilizado	7	-
Atualização SELIC PeD	181	130
	<u>163.626</u>	<u>150.287</u>
Variações em :		
Contas a receber	(2.814)	(31.686)
Impostos e contribuições sociais a recuperar	198	3.361
Outros ativos	(1.093)	173
Fornecedores	16.418	(1.868)
Salários, provisões e contribuições sociais	76	(47)
Impostos e contribuições sociais a recolher	(1.099)	3.437
Encargos setoriais	(829)	(2.612)
Outras obrigações	5.684	(85)
	<u>180.167</u>	<u>120.960</u>
Caixa gerado pelas operações	<u>180.167</u>	<u>120.960</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
	<u>180.167</u>	<u>120.960</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>180.167</u>	<u>120.960</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(2.148)	(3.523)
	<u>(2.148)</u>	<u>(3.523)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(2.148)</u>	<u>(3.523)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	(101.000)	(90.011)
Aplicações financeiras vinculadas	-	2.798
Pagamento de UBP	(39.762)	(33.201)
	<u>(140.762)</u>	<u>(120.414)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(140.762)</u>	<u>(120.414)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	37.257	(2.977)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.338	18.315
	<u>52.595</u>	<u>15.338</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>52.595</u>	<u>15.338</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

1.1 A Companhia

A BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social explorar, na qualidade de concessionária, o Aproveitamento Hidrelétrico de Barra Grande ("AHE Barra Grande"), localizado no Rio Pelotas, divisa dos municípios de Pinhal da Serra, no Estado do Rio Grande do Sul, e Anita Garibaldi, no Estado de Santa Catarina, submetendo-se, para tanto, às regras do Contrato de Concessão nº 036/2001 - Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e seus aditivos ("Contrato de Concessão") e às normas regulamentares aplicáveis.

A BAESA tem sede em Pinhal da Serra - RS, tendo sido constituída em 17 de setembro de 2001.

1.2 Contrato de concessão

A Companhia detém a concessão para exploração do potencial energético da Usina pelo período de 35 anos, podendo ser prorrogado a depender da aprovação do órgão regulador, conforme Contrato de Concessão nº 43/200, de 29 de maio de 2000, outorgado pela União, através da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em novembro de 2021, a Companhia assinou os termos de aceitação de prazo de extensão de outorga de acordo com a Lei 14.052/2020 e resoluções homologatórias 2.919/21 e 2.932/21, como resultado o seu prazo de concessão foi estendido em 1.757 dias, o novo prazo de encerramento de concessão será 06 de março de 2041.

O Contrato de Concessão, assinado em 14 de maio de 2001 e nos termos da Lei 9.427 de 26 de dezembro de 1996, determina que a energia elétrica produzida no empreendimento seja utilizada ou comercializada pela Companhia, com vigência por prazo de 35 anos contados a partir dessa data. O Contrato de Concessão determina que seja pago, a título de Uso do Bem Público (UBP) (concessão onerosa), do 7º ao 35º ano de concessão, o valor anual original na data do contrato de R\$ 8.001, o qual atualizado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) é de R\$ 45.248 em 31 de dezembro de 2021. Os valores são pagos mensalmente, desde julho de 2007. Conforme descrito anteriormente, em novembro de 2021, o prazo de concessão foi estendido em 1.757 dias, o novo prazo de encerramento de concessão será 06 de março de 2041. Durante o prazo de extensão, serão mantidas as condições originais do contrato de concessão e o pagamento do uso do bem público – UBP será efetuado nas mesmas condições.

1.2.1 UHE Barra Grande

A UHE Barra Grande tem potência instalada de 690 MW médios, em um conjunto de três máquinas, das quais a primeira entrou em operação comercial em 1º de novembro de 2005, a segunda em 2 de fevereiro de 2006 e a terceira em 1º de maio de 2006. O empreendimento possui as licenças e autorizações necessárias, seguindo as exigências requeridas pelos órgãos reguladores.

1.3 Direitos de compra de energia

As vendas de energia são compartilhadas entre os acionistas da Companhia, de acordo com sua participação no capital social, ou a terceiros por eles indicados. O acionista que determinar a venda a terceiros permanece responsável junto à Companhia pela adimplência das respectivas vendas. O preço de venda deve ser suficiente para o pagamento dos custos operacionais, serviço da dívida,

impostos e juros, chamado “Preço de Referência”, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

1.4 Operação

Como a concessão que a Companhia é titular foi outorgada antes da vigência do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e pelo fato de ser uma produtora independente de energia elétrica, a Companhia não tem a obrigatoriedade de realizar leilões de venda de energia e a comercializa diretamente com seus controladores, que detém o direito e a obrigação de aquisição, na proporção das suas participações finais. O preço praticado leva em conta o conceito de preço mínimo e é calculado de maneira a atender todas as obrigações financeiras, fiscais e operacionais da Companhia, além de minimizar a incidência de tributos.

1.5 Repactuação do risco hidrológico – Lei nº 13.203 de 8 de dezembro de 2015 e Resolução Normativa Aneel nº 684 de 11 de dezembro de 2015

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015 e a Resolução Normativa Aneel nº 684 de 11 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, atribuindo regras distintas para os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

Em janeiro de 2016, a Companhia decidiu aderir à repactuação de seus contratos do ACR, e quitar o passivo de “Generation Scaling Factor” (GSF) de maio a dezembro de 2015, e assim passar a ter direito ao ressarcimento do GSF de 2015 líquido do prêmio pactuado, reconhecendo o montante de R\$30.909 como uma despesa antecipada em contrapartida a uma redução no custo de energia elétrica. As despesas antecipadas foram apropriadas ao resultado até junho de 2020 e a partir de julho de 2020 a Companhia iniciou o pagamento à Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, no valor de R\$ 9,50/MWh, referenciado à data base de janeiro de 2015.

1.6 Repactuação do risco hidrológico – Extensão do prazo de concessão

Em 08 de setembro de 2020 foi sancionada a Lei do GSF (Lei nº 14.052/20) e em 1º de dezembro de 2020 foi publicada a resolução normativa ANEEL nº 895/20, as quais estabelecem novas condições de repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. O objetivo desses normativos foi compensar as usinas hidrelétricas pelos riscos hidrológicos de geração de energia, cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. A compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE se dará por meio de um direito não pecuniário na forma extensão dos prazos de concessão.

Em 12 de julho de 2021 foi publicada a Lei nº 14.182, que deu nova redação ao § 4º do art. 2-A e ao § 9º do art. 2-B da Lei nº 13.203/2015, ampliando o cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e incluindo as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga. Adicionalmente, em 17 de setembro de 2021 foi publicada a resolução homologatória 2.932/21 que trata do prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, incluindo os efeitos do Ambiente de Contratação Livre – ACL e Ambiente de Contratação Regulada – ACR, o prazo de extensão da Companhia é de 1.757 dias equivalente a R\$271.621.

Conforme determinado na resolução normativa ANEEL nº 895/20, possui o prazo de até 60 dias contados da data da publicação da Resolução Homologatória para efetuar as avaliações necessárias e assinar o Termo de aceitação de prazo de extensão de outorga e de desistência e renúncia ao direito de discutir a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE.

Dessa forma, a Companhia efetuou uma análise dos impactos desses normativos em suas demonstrações financeiras e reconheceu em novembro de 2021 o montante de R\$271.621 como Direito de extensão de concessão no intangível em contra partida aos Custos dos Serviços de Energia Elétrica na demonstração do resultado do exercício bem como os impactos dos impostos diferidos.

O montante reconhecido no intangível como Direito de Extensão de Concessão é equivalente a 1.757 dias de extensão. Dessa forma, considerando a extensão, o prazo de concessão se encerra em 06/03/2041.

Em novembro de 2021, a Companhia assinou os termos de aceitação de prazo de extensão de outorga de acordo com a Lei 14.052/2020 e resoluções homologatórias 2.919/21 e 2.932/21.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração da Companhia exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. O Ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia observando os aspectos e condições previstas no CPC 04 – Ativo Intangível e a essência do direito de exploração recebido do Poder Concedente, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE assim como, com base nas regras de cálculo constantes na resolução normativa ANEEL nº 895/20 e prazos de extensão divulgados na resolução homologatória 2.932/21.

Para mais informações sobre os impactos nas demonstrações financeiras vide notas explicativas nº 11 e 18.

2 Base de preparação

2.1 Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando estas não conflitam com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 07 de fevereiro de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas que estão a valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial:

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato)

acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo

O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhe um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

b. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Nos valores a receber não estão inclusos encargos ou efeitos inflacionários, somente o preço acordado pela energia vendida.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui qualquer montante de perdas a ser registrado sobre os recebíveis de clientes tendo em vista a natureza dos mesmos.

c. Investimentos

As informações financeiras da investida são reconhecidas em investimentos por meio do método de equivalência patrimonial. A Companhia não consolida as informações financeiras, pois não possui o controle uma vez que o controle é compartilhado em conjunto.

31/12/2021					
Investida	Participação %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
CSC Energia	50%	6.619	4.434	2.185	15

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

As taxas utilizadas para depreciação do ativo imobilizado estão de acordo com a Resolução Normativa no 674/15, emitida pela ANEEL, as quais na avaliação da Administração da Companhia refletem a vida útil dos bens, sendo aplicadas a partir de 1º de maio de 2013, limitadas ao prazo do contrato de concessão.

As vidas úteis estimadas pela administração após a extensão dos prazos de concessão descritos na nota 1.6, são as seguintes:

	Anos
Terrenos	26,22
Reservatórios, barragens e adutoras	35,75
Edificações, obras civis e benfeitorias	35,66
Máquinas e equipamentos	30,49
Veículos	7
Móveis e utensílios	12,66

e. Intangível

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é a contraprestação de pagamentos para a União a título de uso do bem público – UBP e pelas novas condições de repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica de acordo com a Lei nº 14.052/20. O registro desta obrigação teve como contrapartida a conta do ativo intangível. O prazo de amortização será do 7º ao final da concessão.

O registro do intangível relacionado a Lei 14.052/20 corresponde a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE por meio de um direito não pecuniário na forma extensão dos prazos de concessão.

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

f. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia deve presumir que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, parte substancial de suas contas a receber são com partes relacionadas, que tem compromissos de não deixar a Companhia sem recursos para pagar suas despesas operacionais e o serviço da dívida. Tais obrigações estão dispostas no Acordo de Acionistas. O saldo remanescente do constas a receber, refere-se a recebíveis dos contratos de venda de energia no ambiente regulado e ambiente livre, os quais, também não possuem histórico de inadimplência.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas devem ser estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito devem ser mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas devem ser descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seria aceita em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado deve ser deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro deve ser baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia deve adotar a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de

ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia deve fazer uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não deve esperar nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

g. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

h. Uso do Bem Público (UBP)

São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

i. Encargos setoriais

Estão contabilizados como custos dos serviços de energia elétrica, e são apurados pelo regime de competência.

j. Programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D

Em conformidade com a Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000, o art. 24 da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002, e o art. 12 da Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, as empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, dentre outras, devem aplicar, anualmente, o percentual de 1% de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - Programa de P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL. A Companhia apresenta o saldo de P&D nas demonstrações financeiras conforme sua expectativa de realização dos projetos e o respectivo saldo não utilizado é atualizado mensalmente pelos juros da taxa SELIC.

k. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

A compensação financeira, instituída pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, § 1o, e regulamentada pela Lei no 7.990/1989, corresponde à indenização aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. A Resolução ANEEL no 67, de 22 de fevereiro de 2001 determinou que o valor a ser recolhido mensalmente corresponda

a 6,75% da energia produzida no mês multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência (TAR), fixada pela ANEEL, a ser paga pelos concessionários de serviço de energia elétrica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenha áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União. Em 17 de novembro de 2016, através da Lei 13.360, Artigo 3º, esse percentual foi alterado para 7%.

I. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

m. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n. Receitas de venda de energia elétrica

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente;
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato;
3. Determinar o preço das transações;
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, toda energia produzida pela Companhia é vendida através de Power Purchase Agreement - PPA e de Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado - CCEAR, assim como através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre - CCEAL. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

o. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo e debêntures que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

p. Mudanças nas principais políticas contábeis

Uma nova norma foi efetivada a partir de 1º de janeiro de 2021 e não gerou impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Reforma da taxa de juros de referência (Alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 08/IAS 39, CPC 40/IFRS 7 e CPC 06/IFRS 16) que entrou na fase 2 a partir de 1º de janeiro de 2021.

q. Novas normas ou interpretações ainda não efetivadas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) 65

- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).66
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).
- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12).
- Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28).

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Os efeitos das revisões das estimativas são reconhecidos prospectivamente.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e julgamentos da Companhia:

- Imobilizado: aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Ajuste a valor presente do saldo do Uso do Bem Público UBP.

5 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e os impactos.

5.1 Fatores de risco

5.1.1 Risco de mercado

- (i) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*
Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de

taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e o uso do bem público (UBP) é atualizado através do IGP-M.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros sobre os quais há incidência de juros era:

Instrumentos de taxa variável	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalente de caixa (nota 7)	52.595	15.338
Uso do Bem Público - UBP (Nota 13)	(481.095)	(355.332)

(ii) *Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros*

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre aplicações financeiras e Uso do Bem Público (UBP) sujeitos a riscos de variação nas taxas de juros.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2022 foi definido através de premissas disponíveis no mercado (relatório FOCUS BACEN de 31 de dezembro de 2021) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previstos para 31 de dezembro de 2022. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável para 31 de dezembro de 2022.

	Exposição R\$	Risco	31/12/2021			
			%	Cenário Provável (I)	Cenário II (+/- 25%)	Cenário III (+/- 50%)
Aplicações financeiras (Nota 7)	52.526	Baixa CDI	11,50	6.040	1.510	3.020
Uso do Bem Público – UBP (Nota 13)	(481.095)	Alta do IGP-M	5,49	(26.412)	(6.603)	(13.206)

(iii) *Risco de preço no fornecimento de energia*

A Companhia está exposta aos efeitos de oscilação de preços no fornecimento de energia em função de variáveis de mercado, tais como níveis de águas nos reservatórios, demanda por geração de termelétricas, sazonalização, dentre outros. Com isso, a Companhia pode recorrer ao mercado de energia de curto prazo para suprir as necessidades.

O preço de venda deve ser suficiente para o pagamento dos custos operacionais, serviço da dívida, impostos e juros, chamado “Preço de Referência”, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Assim, o risco no preço de energia é mitigado.

5.1.2 Risco de crédito

Conforme descrito na Nota 8, a Companhia não espera incorrer em perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas. Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalente de caixa (nota 7)	52.595	15.338
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 8)	66.368	67.559
Contas a receber partes não relacionadas (nota 8)	<u>6.096</u>	<u>2.091</u>
	<u>125.059</u>	<u>84.988</u>

A Companhia não possui risco de crédito por região geográfica, pois todos os seus clientes estão localizados no Brasil. Também não possui risco de crédito por tipo de contraparte, pois os principais clientes são acionistas. As aplicações financeiras são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco.

5.1.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros:

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 anos em diante
Fornecedores (Nota 12)	30.186	30.186	-	-	-
Uso do Bem Público (UBP) (Nota 13)	<u>481.095</u>	<u>22.625</u>	<u>22.625</u>	<u>90.500</u>	<u>345.345</u>
	<u>511.281</u>	<u>52.811</u>	<u>22.625</u>	<u>90.500</u>	<u>345.345</u>

5.1.4 Análise impactos da Covid-19 nos negócios da Companhia

Em 08 de abril de 2020 foi publicada a Medida Provisória nº 950, que dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19). A Companhia opera em escala normal atendendo aos requisitos de segurança e proteção dos profissionais que atendem diretamente e indiretamente nas atividades cotidianas, e está em constante análise do desempenho do mercado para garantir a saúde financeira da Companhia. A Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e concluiu que nesse momento, não existem riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações. A Companhia está acompanhando a realização de seu saldo de contas a receber de clientes e até o presente momento não houve inadimplência significativa.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total.

6 Instrumentos financeiros por categoria

6.1 Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Ativos financeiros mensurados a valor justo	Nota	31/12/2021			31/12/2020		
		Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia	Valor Contábil	Valor justo	Hierarquia
Valor justo por meio do resultado:							
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	7	52.526	52.526	Nível 2	15.299	15.299	Nível 2
		<u>52.526</u>	<u>52.526</u>		<u>15.299</u>	<u>15.299</u>	
Custo amortizado:							
Caixa e depósitos bancários a vista	7	69	69	Nível 2	39	39	Nível 2
Contas a receber de partes relacionadas	8	66.368	66.368	Nível 2	67.559	67.559	Nível 2
Contas a receber	8	6.096	6.096	Nível 2	2.091	2.091	Nível 2
		<u>72.533</u>	<u>72.533</u>		<u>69.689</u>	<u>69.689</u>	

	Nota	31/12/2021			31/12/2020		
		Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia	Valor Contábil	Valor justo	Hierarquia
Custo amortizado:							
Outros Passivos Financeiros :							
Fornecedores	12	30.186	30.186	Nível 2	13.768	13.768	Nível 2
Dividendos	16.3	9.893	9.893	Nível 2	14.175	14.175	Nível 2
Uso do bem público	13	481.095	481.095	Nível 2	355.332	355.332	Nível 2
		<u>521.174</u>	<u>521.174</u>		<u>383.275</u>	<u>383.275</u>	

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários a vista	69	39
Aplicações financeiras	<u>52.526</u>	<u>15.299</u>
	<u>52.595</u>	<u>15.338</u>

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e são remuneradas a taxas que variam de 99% a 102% (31 de dezembro de 2020 - 99% a 101%) do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança significativa de valor, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

8 Contas a receber

	31/12/2021	31/12/2020
Transações com partes relacionadas (nota 9)	66.368	67.559
Contas a receber	<u>6.096</u>	<u>2.091</u>
	<u>72.464</u>	<u>69.650</u>

O saldo de contas a receber de clientes da Companhia não apresenta atrasos significativos, dessa forma, de acordo com suas políticas contábeis a Companhia entende que não há montante a ser provisionado.

9 Transações com partes relacionadas

9.1 Contas a receber e receita com partes relacionadas

A Companhia mantém saldos e realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações e os seus fluxos de caixa.

	Ativo		Resultado			
	Contas a receber de clientes		Receita bruta com venda de energia		Custo com Compra de Energia elétrica	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Alcoa Alumínio S.A.	29.910	30.701	240.658	152.918	-	-
CBA Energia Participações S.A.	9.724	9.910	84.874	52.927	-	-
CPFL - Geração de Energia S.A.	-	-	-	31.192	-	-
CPFL Santa Cruz S.A.	5	6	75	72	-	-
CPFL Paulista S.A.	385	362	3.957	3.769	-	-
CPFL Piratininga S.A.	107	97	1.031	991	-	8.612
CPFL Energias Renováveis	17.028	16.229	73.624	41.267	-	-
Barra Grande Participações S/A	5.835	5.946	50.616	31.730	-	-
DME Energética S.A.	3.374	4.308	18.373	7.068	-	1.082
	<u>66.368</u>	<u>67.559</u>	<u>473.208</u>	<u>321.934</u>	<u>-</u>	<u>9.694</u>

A receita por fornecimento e suprimento de energia é determinada de acordo com os preços definidos em contrato. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de contas a receber será realizado em um prazo de até 45 dias.

Não são esperadas perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas. O preço de venda deve ser e é suficiente para o pagamento dos custos operacionais, impostos e juros. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possui atrasos significativos e entende que não é necessário constituir provisão para perdas, os atrasos são conhecidos e estão em negociação. O saldo de contas a receber de clientes não apresenta atrasos e não possui histórico de inadimplência.

9.2 Prestação de serviços de partes relacionadas

Em 1º de setembro de 2010 foi assinado contrato com a CPFL Geração de Energia S.A. para a execução de serviços de engenharia e gestão de processos de operação e manutenção da usina e instalações associadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou custos com as mencionadas prestações de serviços no montante de R\$ 2.113 (R\$ 2.010 em 31 de dezembro de 2020).

Em 1º de outubro de 2010 foi assinado contrato com a CSC Serviços Compartilhados S.A. para a execução de serviços financeiros, contábeis, gestão das condicionantes ambientais, da documentação, de compras, recursos humanos e de programa de pesquisa e desenvolvimento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou custos com as mencionadas prestações de serviços no montante de R\$ 2.873 (R\$ 3.120 em 31 de dezembro de 2020).

9.3 Remuneração da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$349 (R\$ 349 para 31 de dezembro de 2020).

10 Imobilizado

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Total
Em 31 de dezembro 2019	<u>22.901</u>	<u>569.234</u>	<u>38.960</u>	<u>209.808</u>	<u>27</u>	<u>72</u>	<u>8.881</u>	<u>849.883</u>
Adições	-	-	-	-	-	-	3.523	3.523
Transferência para serviço	-	-	-	4.521	-	6	(4.527)	-
Transferências para intangível	-	-	-	-	-	-	(461)	(461)
Reclassificação	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	<u>(1.592)</u>	<u>(35.017)</u>	<u>(2.479)</u>	<u>(15.107)</u>	<u>(36)</u>	<u>(20)</u>	<u>-</u>	<u>(54.251)</u>
Em 31 de dezembro 2020	<u>21.309</u>	<u>534.217</u>	<u>36.481</u>	<u>199.222</u>	<u>(9)</u>	<u>58</u>	<u>7.416</u>	<u>798.694</u>
Adições	-	-	-	-	-	-	2.148	2.148
Baixas	-	-	-	-	-	(7)	-	(7)
Transferência para serviço	-	133	-	392	-	-	(525)	-
Transferências para intangível	-	-	-	-	-	-	(54)	(54)
Depreciação	<u>(807)</u>	<u>(32.942)</u>	<u>(2.314)</u>	<u>(15.977)</u>	<u>9</u>	<u>(14)</u>	<u>-</u>	<u>(52.045)</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u>20.502</u>	<u>501.408</u>	<u>34.167</u>	<u>183.637</u>	<u>-</u>	<u>37</u>	<u>8.985</u>	<u>748.736</u>
Taxa de depreciação - % a.a.	5	5	5	5	14	11		
Em 31 de dezembro de 2021								
Custo	37.487	948.738	65.135	400.970	97	566	8.985	1.461.978
Depreciação acumulada	<u>(16.985)</u>	<u>(447.330)</u>	<u>(30.968)</u>	<u>(217.333)</u>	<u>(97)</u>	<u>(529)</u>	<u>-</u>	<u>(713.242)</u>
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021	<u>20.502</u>	<u>501.408</u>	<u>34.167</u>	<u>183.637</u>	<u>-</u>	<u>37</u>	<u>8.985</u>	<u>748.736</u>

Conforme artigos nº. 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações são vinculados aos serviços de energia elétrica, e não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº. 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

O ativo imobilizado é analisado para verificar a existência de indicativos de impairment, no mínimo, anualmente, sendo que para 31 de dezembro de 2021, a administração não identificou a existência de indicativos que pudessem indicar a desvalorização.

11 Intangível

	Uso do Bem Público (UBP)	Direito de extensão de concessão REH 2932/21 (*)	Softwares	Total
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2019	80.793	-	17	80.810
Amortização	(4.921)	-	(28)	-
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	75.872	-	(11)	75.861
Adição	62.956	271.621	-	334.577
Amortização	(5.090)	(1.174)	12	(6.252)
Transferência do ativo imobilizado	-	-	54	54
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021	133.738	270.447	55	404.240
Em 31 de dezembro de 2021				
Custo	188.041	271.621	559	460.221
Amortização acumulada	(54.303)	(1.174)	(504)	(55.981)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021	133.738	270.447	55	404.240

(*) A Companhia registrou em novembro de 2021 o montante de R\$271.621 como direito de extensão de concessão oriundo a repactuação do risco hidrológico dos contratos de energia celebrados do Ambiente de Contratação Livre – ACL e Ambiente de Contratação Regulado – ACR, o valor registrado refere-se a um direito não pecuniário na forma extensão dos prazos de concessão.

Os valores referentes ao Uso do Bem Público - UBP referem-se ao registro da obrigação mencionada nas notas explicativas 1 e 13 e são amortizados linearmente pelo período da concessão que se encerra em março de 2041. O montante foi apurado no início do período de concessão considerando a obrigação até o final da concessão em contrapartida do passivo circulante e não circulante, complementado em novembro de 2021 no montante de R\$62.956 em função da extensão dos prazos de concessão conforme descrito na nota explicativa nº 1.6, descontada a valor presente pela taxa média de captação dos financiamentos. Os valores da amortização de UBP estão contabilizados no resultado em custos dos serviços de energia elétrica.

O ativo intangível é analisado em conjunto com o ativo imobilizado para verificar a existência de indicativos de impairment, no mínimo, anualmente, sendo que para 31 de dezembro de 2021, a administração não identificou a existência de indicativos que pudessem indicar a desvalorização.

12 Fornecedores

O saldo de fornecedores é composto pelos seguintes grupos:

	31/12/2021	31/12/2020
Encargos de uso da rede elétrica	5.175	4.376
Materiais e serviços a pagar	2.641	1.506
Compra de energia elétrica – CCEE	<u>22.370</u>	<u>7.886</u>
	<u>30.186</u>	<u>13.768</u>

13 Uso do bem público – UBP

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Uso do Bem Público	<u>45.249</u>	<u>34.275</u>
Não circulante		
Uso do Bem Público	<u>435.846</u>	<u>321.057</u>

Movimentação dos exercícios:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial do exercício	<u>355.332</u>	<u>303.394</u>
Complemento (Repactuação GSF)	62.956	-
Encargos	102.569	85.139
Amortização	<u>(39.762)</u>	<u>(33.201)</u>
Saldo no final do exercício	<u>481.095</u>	<u>355.332</u>

Em 31 de dezembro de 2021 as parcelas do não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2021	31/12/2020
2023	45.249	34.275
2024	45.249	34.275
2025 a 2041	<u>345.348</u>	<u>252.507</u>
	<u>435.846</u>	<u>321.057</u>

Compromisso com o Poder Concedente - Decorrente do direito de outorga fixo

Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente. O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até 2041, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M anualmente. O cálculo do valor foi efetuado considerando-se a variação do IGP-M, e o ajuste a valor presente foi efetuado com base na taxa de desconto de 8% a.a.. Em novembro de 2021, foi registrado um complemento no montante de R\$62.956 em função da extensão dos prazos de concessão conforme descrito na nota explicativa nº 1.6.

14 Impostos e contribuições a recolher e impostos diferidos

14.1 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda pessoa jurídica	468	481
Contribuição social sobre o lucro líquido	<u>189</u>	<u>194</u>
	<u>657</u>	<u>675</u>

14.2 Impostos a recolher

	31/12/2021	31/12/2020
PIS	1.055	1.139
COFINS	4.864	5.248
ICMS a recolher	37	57
Outros impostos e contribuições a recolher	<u>147</u>	<u>83</u>
	<u>6.103</u>	<u>6.527</u>

14.3 Impostos diferidos

O saldo é composto por diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e considera a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo

com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

Natureza dos Cálculos	Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante	
	Base de Cálculo	31/12/2021	Base de Cálculo	31/12/2021
Diferenças Temporárias				
Provisão da contingência fiscal	9.415	3.201	-	-
Direito de extensão de concessão (Lei 14.052/20)	-	-	271.621	92.351
Total Diferenças Temporárias	-	3.201	271.621	92.351
Total bruto	<u>9.415</u>	<u>3.201</u>	<u>271.621</u>	<u>92.351</u>
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	-	(3.201)	-	(3.201)
Total	<u>9.415</u>	<u>-</u>	<u>271.621</u>	<u>89.150</u>

15 Provisão para litígios

No 2º trimestre de 2021 foi efetuada uma nova provisão de litígios referente a regularização fundiária no valor de R\$ 3.775, sendo que o valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$3.935, dessa forma, a Companhia possui provisionado como contingências cíveis o montante de R\$ 9.244 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 5.335 em 31 de dezembro de 2020), avaliadas pelos assessores jurídicos com risco provável de perda, as movimentações são apresentadas a seguir:

	Regularização Fundiaria	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	-	-
Adição	3.775	-
Atualização	153	-
Saldo Final	<u>3.928</u>	<u>-</u>

	Ações Cíveis	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	5.335	4.083
Adição	490	793
Atualização	519	459
Reversão	(857)	-
Saldo Final	<u>5.487</u>	<u>5.335</u>

A Companhia tem ações de naturezas tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis (i)	4.744	2.543
Fiscais (ii)	4.380	543
	<u>9.124</u>	<u>3.086</u>

- (i) *Referem-se principalmente a ações indenizatórias por conta de áreas supostamente atingidas pelo reservatório e ações por danos ambientais diversos.*
- (ii) *Referem-se à impugnação de lançamento de Imposto Territorial Rural (ITR), pela não incidência sobre imóveis que compõem o reservatório da Usina.*

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o capital social é de R\$ 398.381, totalmente subscrito e integralizado, representado por ações ordinárias e nominativas, e sua composição é como segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade de ações	% Capital	Quantidade de ações	% Capital
Alcoa Alumínio S. A.	168.017.984	42,1752	168.017.984	42,1752
CPFL Energia Renováveis S.A.	99.618.754	25,0059	99.618.754	25,0059
CBA Energia Participações S. A.	59.757.150	15	59.757.150	15
Barra Grande Participações S. A.	35.854.290	9	35.854.290	9
DME Energética S. A.	35.132.822	8,8189	35.132.822	8,8189
	<u>398.381.000</u>	<u>100</u>	<u>398.381.000</u>	<u>100</u>

16.2 Reservas de lucros

Legal

A legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital

Retenção

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados. Conforme Assembleia Geral Ordinária AGO, datada de 22 de abril de 2021, foi deliberado pela distribuição de lucros no montante de R\$ 94.685 da conta de reserva de retenção.

16.3 Dividendos

Aos acionistas será assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 1% do lucro líquido anual ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

A seguir a movimentação de dividendos a pagar:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>14.011</u>
Dividendos adicionais propostos exercício 2019 aprovados em AGO 23/03/2020	1.172
Distribuição de lucros da reserva de retenção aprovados em AGO 23/03/2020	89.000
Pagamento de Dividendos	(90.011)
Dividendos mínimos propostos 2020	<u>3</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>14.175</u>
Dividendos adicionais propostos exercício 2020 aprovados em AGO 22/04/2021	312
Distribuição de lucros da reserva de retenção aprovados em AGO 22/04/2021	94.685
Dividendos mínimos propostos 2021	1.721
Pagamento de Dividendos	<u>(101.000)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>9.893</u>

16.4 Dividendos adicionais propostos

A Companhia encaminhou para aprovação do Conselho de Administração e posteriormente para deliberação da Assembleia Geral Ordinária, a proposta de pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2021, no valor de R\$108.107 (R\$ 312 em 31 de dezembro de 2020).

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, não aprovado em Assembleia Geral ou pelo órgão competente, é apresentado e destacado no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada "Dividendos adicionais propostos" até a aprovação em Assembleia Geral Ordinária.

Conforme Assembleia Geral Ordinária AGO, datada de 22 de abril de 2021, foi deliberado pela distribuição de dividendos adicionais propostos referente ao exercício de 2020 no montante de R\$312.

17 Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas e as receitas líquidas, apresentadas na demonstração de resultado dos exercícios:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta		
Receita de Operações com Energia Elétrica	<u>508.023</u>	<u>343.124</u>
Deduções		
Imposto sobre vendas	(46.109)	(31.571)
Pesquisa e desenvolvimento	(4.382)	(3.008)
Taxa de fiscalização	(2.264)	(2.111)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	<u>(11.543)</u>	<u>(10.872)</u>
	<u>443.725</u>	<u>295.562</u>
Receita de operações de energia elétrica em MWh	31/12/2021	31/12/2020
Energia comercializada	<u>3.157.306</u>	<u>3.169.886</u>

18 Custo dos serviços de energia elétrica

	31/12/2021	31/12/2020
Energia elétrica comprada para revenda (*)	(215.420)	(80.362)
(-) Repactuação risco hidrológico REH 2932/21 (**)	271.621	-
Encargos de uso da rede elétrica	(54.364)	(50.080)
Repactuacao do risco hidrológico	(11.986)	(9.217)
Depreciação	(52.045)	(54.252)
Amortização - UBP	(5.090)	(4.921)
Amortização - Direito de extensão de concessão REH 2932/21	(1.174)	-
Amortização - Outros intangíveis	12	(152)
Crédito de PIS e COFINS sobre imobilizado	4.643	4.969
	<u>(63.803)</u>	<u>(194.015)</u>
Energia Comprada para revenda em MWh	31/12/2021	31/12/2020
Energia Adquirida	<u>639.624</u>	<u>342.600</u>

(*) compra de energia de curto prazo para cobrir o déficit gerado pelo GSF. O mercado de energia, tem sido impactado pelo GSF, que significa que a soma de todos os contratos de venda de energia de geração hídrica do Brasil tem sido superior a geração hídrica total, desta forma parte dos contratos são atendidos por geração de outras fontes (térmica/eólica/solar etc.), o que leva a volatilidade verificada no período citado

(**) A Companhia registrou o montante de R\$271.621 referente a repactuação do risco hidrológico dos contratos de energia celebrados do Ambiente de Contratação Livre – ACL e Ambiente de Contratação Regulada - ACR, para mais detalhes vide nota explicativa nº 1.6 e 11.

19 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(4.751)	(4.427)
Material	(1.243)	(907)
Serviços de terceiros	(11.447)	(8.617)
Seguros	(456)	(444)
Outras despesas	(5.010)	(2.518)
	<u>(22.907)</u>	<u>(16.913)</u>

20 Outras receitas

O montante de R\$14.404 (R\$519 em 31 de dezembro de 2020) registrado em outras receitas refere-se a vendas de crédito de carbono nas condições a seguir: Em junho de 2021 foi concluído a venda de crédito de carbono no montante de USD 2.709, líquido dos custos de emissão, nesse momento foi transferido a titularidade dos créditos carbono para os compradores.

21 Resultado Financeiro, líquido

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.261	766
Outras receitas financeiras	450	445
	<u>2.711</u>	<u>1.211</u>
Despesas financeiras		
Uso do Bem Público (UBP) (i)	(102.569)	(85.139)
Atualização provisões para contingências	(154)	-
Outros	(1.294)	(218)
	<u>(104.017)</u>	<u>(85.357)</u>
Resultado financeiro	<u>(101.306)</u>	<u>(84.146)</u>

(i) Houve aumento no valor de 2021 devido a variação do IGPM.

22 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	270.936	1.008
Alíquota fiscal nominal - %	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal	<u>(92.118)</u>	<u>(343)</u>
Adições		
Provisão para litígios	(1.387)	-
Doações	(90)	(81)
Provisões	-	(425)
Outros	(22)	-
Exclusões		
Lei do Bem	329	130
Equivalencia Patrimonial	280	-
Repactuação do Risco Hidrológico	92.351	-
Outros	<u>-</u>	<u>44</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(657)</u>	<u>(675)</u>
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(657)	(675)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	<u>(89.150)</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva - %	<u>34</u>	<u>34</u>

23 Compromissos de longo prazo

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo para Venda de Energia e demais Contratos relevantes estão demonstrados a seguir:

	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Venda de Energia	<u>305.664</u>	<u>295.148</u>	<u>285.312</u>	<u>284.715</u>	<u>2.710.112</u>	<u>3.880.952</u>
Saldos em 31.12.2021	<u>305.664</u>	<u>295.148</u>	<u>285.312</u>	<u>284.715</u>	<u>2.710.112</u>	<u>3.880.952</u>
	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
TUST - Tarifa de Uso da Transmissão	63.999	66.280	68.379	70.473	166.564	435.694
Repactuação do risco Hidrológico	<u>13.794</u>	<u>14.242</u>	<u>14.669</u>	<u>15.109</u>	<u>776.295</u>	<u>834.110</u>
Saldos em 31.12.2021	<u>77.793</u>	<u>80.522</u>	<u>83.048</u>	<u>85.582</u>	<u>942.859</u>	<u>1.269.804</u>



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
BAESA – Energética Barra Grande S.A
Pinhal da Serra - SC

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BAESA - Energética Barra Grande S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme divulgado na nota explicativa 1.6 às demonstrações financeiras, em 08 de setembro de 2020, o Governo Federal promulgou a Lei nº 14.052/2020 e em 1º de dezembro de 2020, a Diretoria da ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 895/2020 e com complemento da Lei nº 14.182/2021 publicada em 12 de julho de 2021, com a finalidade de repactuar o risco hidrológico, também conhecido como GSF (Generation Scaling Factor). Dessa forma, foi assegurado às geradoras hídricas que participam do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) uma extensão no prazo da concessão em contrapartida da desistência das discussões judiciais existentes, o que a Companhia já havia efetuado na primeira repactuação do GSF proposta pelo Governo Federal ocorrida em 2016. Dessa forma, a extensão do período da concessão depende de ato não oneroso sob controle da Companhia. Contudo, o ativo referente a essa extensão, mensurado pelo órgão regulador com valor equivalente a R\$ 271.621 mil (R\$ 224.573 mil em 31 de dezembro de 2020), foi reconhecido somente no exercício de 2021 em seu balanço patrimonial como ativo intangível em contrapartida ao resultado na rubrica de custos dos serviços de energia elétrica no montante de R\$ 271.621 mil, sendo seus efeitos tributários um aumento de despesas na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferido no



montante de R\$ 92.351 mil (R\$ 76.355 mil em 31 de dezembro de 2020), totalizando um efeito líquido de aumento no patrimônio líquido e no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 179.270 mil (R\$ 148.218 mil em 31 de dezembro de 2020). Parte deste montante deveria ter sido reconhecido no exercício de 2020, o qual o patrimônio líquido e o resultado estão apresentados a menor no montante de R\$ 148.218 mil, o ativo intangível em R\$ 224.573 mil e o imposto diferido passivo a menor em R\$ 76.355 mil, o que representa um desvio em relação às disposições do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, que estabelece que um ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2021, nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também inclui modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na notas explicativas nº 1.3 e 09, chamamos à atenção para o fato que a Companhia mantém operações relevantes com partes relacionadas, principalmente as operações de venda de energia da Companhia que são substancialmente realizadas para seus acionistas ou a terceiros por eles indicados, de acordo com as respectivas participações no capital social. Essas transações foram efetuadas de acordo com os termos acordados entre a Administração da Companhia e essas partes relacionadas. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada



por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'WMR'.

William Morton Ricardo
Contador CRC 1SP239058/O-1